

**Maura Soares**

---

**Assunto:** FW:**De:** Associação Armadores Pico <associacaoarmadorespico@gmail.com>**Enviada:** 23 de abril de 2025 14:09**Para:** Assuntos Parlamentares <assuntosparlamentares@alra.pt>**Assunto:**

A associação de Armadores de Pesca Artesanal da Ilha do Pico, designada por AAPAP, vem por este meio efetuar a sua participação na apreciação pública sobre o projeto de DLR n. 31/XIII(PS), que prevê a terceira alteração ao DLR n.º 28/2011/A, de 11 de novembro, responsável pela estruturação do parque marinho dos Açores:

As áreas marinhas protegidas são ferramentas essenciais para a preservação e proteção dos recursos marinhos visando a sustentabilidade dos habitats e das espécies. Esta associação de armadores de pesca, sempre participou nos processos de implementação de anteriores áreas marinhas, assim como em medidas precaucionárias como o tamanho mínimo do anzol para determinadas pescarias, tamanhos mínimos para determinadas espécies, limites e distâncias à linha de costa para determinadas artes de pesca e implementação de quotas de pesca para espécies residentes na ZEE dos Açores.

A Rampa representa atualmente 16,8% de áreas marinhas protegidas com proteção total, em que é proibida qualquer atividade extrativa. A pesca com a arte de salto e vara, artesanal e sustentável dirigida ao atum tem sido praticada por diversas gerações de pescadores Açorianos que contribuíram decisivamente para a preservação destas espécies nos oceanos, ao contrário da maioria dos países que pescam com redes de cerco, provocando danos ambientais nestas espécies. Os Açores e os pescadores Açorianos tem sido parceiros na implementação de diferentes programas tais como o POPA e outros que tem contribuído para as pescarias sustentáveis e amigas do ambiente.

Não podemos aceitar que uma pescaria artesanal feita à superfície do mar, por uma linha e um anzol que tenha impacto ambiental em qualquer ecossistema marinho. E a questão que se coloca é a seguinte: O porquê de os atuneiros açorianos não poderem exercer a pesca de salto e vara dirigida aos atuns nas reservas marinhas mais especificamente nas Formigas, nos Bancos princesa Alice e Condor? De que forma é que esta proibição contribui para a credibilidade dos Açores a nível Internacional?

A AAPAP considera lamentável e uma falta de respeito para com os armadores e pescadores açorianos, a proibição da pesca de salto e vara dirigida aos atuns nas áreas marinhas de proteção total dado que não existem dados científicos que comprovem danos ou consequências ambientais. Os efeitos desta medida terão consequências económicas e sociais muito graves para os armadores, pescadores e respetivas famílias, assim como para toda a fileira da pesca do atum. Sinalizamos ainda que esta proibição de utilização da arte de salto e vara dirigida aos atuns nas áreas marinhas de proteção total não descredibiliza os Açores no contexto mundial da preservação dos Oceanos mas ao contrário tem contribuído para a sustentabilidade e para a preservação dos atuns nos oceanos ao contrário da maioria dos países que exercem pesca industrial com artes altamente predadoras como é o caso das redes de cerco e que no entanto estes países não tem adotado medidas preventivas para a sustentabilidade dos atuns. Seremos sempre a favor da implementação de áreas marinhas protegidas sempre que se justifique e cá estaremos para colaborar na definição das mesmas com estudos científicos que o comprovem mas naturalmente não contam connosco para implementar áreas marinhas somente para servirmos de exemplo ao País ou à comunidade internacional.

Perante o exposto consideramos fundamental a proposta apresentada pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista de permitir que os atuneiros Açorianos e Madeirenses exerçam a pesca de salto e vara dirigida aos atuns nas áreas marinhas de proteção total, como sempre o fizeram ao longo da história da pesca nas nossas ilhas.